

O EMBATE DE PROJETOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: ALÉM DA DUALIDADE LICENCIATURA – BACHARELADO

Amália Santos Cruz¹

RESUMO

O artigo tem o intuito de apresentar dissertação de mestrado que aborda os embates sobre a formação de professores em Educação Física, no período de 1987-2007, articulado aos estudos da área *trabalho e educação*. Analisamos os debates sobre formação de professores em Educação Física e sistematizamos as contribuições para a construção de uma proposta alternativa de formação. Procuramos adotar o materialismo histórico como referencial teórico e os procedimentos metodológicos utilizados foram análise documental e pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Formação de Professores; Educação Física; Trabalho-Educação; Licenciatura Ampliada.

Introdução

Este artigo tem o intuito de apresentar a dissertação de mestrado² que enfoca a formação de professores de Educação Física, articulada entorno da relação

capital-trabalho-educação. Para tal, trataremos da categoria formação humana, por considerá-la central para a compreensão das imbricações da divisão social do trabalho e do “modo de regulamentação” (HARVEY, 2006) impostos pelo sistema do capital para

-
- 1 Bolsista de apoio técnico do LEPEL/FACED/UFBA; Grupo cadastrado no CNPq e no Departamento III - Educação Física da UFBA. Contato: amalia.cruz@yahoo.com.br
 - 2 Dissertação defendida em maio de 2009, pelo PPGE/UFSC, sob a orientação do Prof. Dr. Lucídio Bianchetti e co-orientação da Profa. Dra. Eneida Oto Shiroma.

a formação de professores da área. Dessa forma, estamos partindo do campo da cultura corporal, mais especificamente da Educação Física como sua forma fenomênica no modo de produção capitalista.

O conceito de cultura corporal está baseado no materialismo histórico dialético, como teoria do conhecimento que permite apreender a totalidade da realidade social. Partimos do estudo do desenvolvimento da história da humanidade, tendo o trabalho como fundante do ser social e como a humanidade conseguiu construir práticas corporais que surgiram das necessidades humanas na relação do homem com a natureza, consigo próprio, produzindo determinadas formas de cultura, como exemplo, os jogos, lutas, ginástica, esporte, dentre outros. Vale salientar, que esta denominação não é consensual na área da Educação Física.

Tivemos como objeto de estudo a formação humana nas propostas para a formação de professores de Educação Física, no período de 1987-2007³. Dessa maneira, tivemos o aporte de três teses⁴ (TAFFAREL, 1993; NOZAKI, 2004; SANTOS JÚNIOR, 2005) que adotam o mesmo referencial teórico, qual seja o materialismo histórico dialético, expressam a posição de segmentos significativos da Educação Física brasileira⁵. O nosso recorte abarcou a Resolução 03/87, que fragmenta a formação profissional na área da Educação Física entre licenciatura e bacharelado, o que desencadeou grandes discussões e proposições sobre a formação em habilitações e a respeito da intervenção profissional.

Esses documentos (ordenamento legal) foram um marco para delimitarmos os nossos objetivos, quais sejam, analisar os debates

-
- 3 Consideraremos o período a partir da Resolução 03/87 que fragmenta a formação em licenciatura e bacharelado, assim como, a grande discussão que consubstancia as teses e que nos subsidiam.
 - 4 TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. *A formação do profissional da educação: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de Educação Física*. 1993. 302p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
NOZAKI, Hajime Takeuchi. *Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediação da regulamentação da profissão*. 2004. 399p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.
SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. *A formação de professores em Educação Física: a mediação dos parâmetros teórico-metodológicos*. 2005. 194p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
 - 5 Dra. Celi Zulke Taffarel, então coordenadora do Grupo de Trabalho Temático Formação Profissional em Educação Física e mundo do trabalho do CBCE, além de ter sido presidente da entidade; Dr. Cláudio de Lira Santos Júnior, coordenador do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da UFBA e Dr. Hajime T. Nozaki coordenador geral do MNCR.

sobre formação de professores de Educação Física e sistematizar contribuições para a construção de uma proposta alternativa de formação orientada para outro projeto de sociedade.

Portanto, cabe indagar: O que está em disputa no atual padrão de acumulação capitalista e quais as determinações para a formação de professores de Educação Física, considerando a centralidade do trabalho na formação humana? O que tem levado a um considerável aumento dos cursos de Educação Física no Brasil, especialmente de licenciaturas? Quais as exigências para a formação do trabalhador na atualidade e, especificamente, do profissional de Educação Física?

Para responder a tais questões, adotamos o método materialista histórico dialético como teoria do conhecimento que parte do movimento do real concreto (prática social), tem na sua base a ação humana como uma construção histórica, desenvolvendo instrumentos do pensamento, leis e categorias para a apreensão da realidade (CHEPTULIN, 1982).

Ao desenvolvermos o nosso estudo escolhemos para análise, os Estado da Bahia e Santa Catarina, com o olhar mais detido sobre a UFBA (Universidade Federal da Bahia) e a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). A primeira por situar-se no nordeste brasileiro, um

dos maiores bolsões de miséria da América Latina, região onde somente existe um Curso de Pós-graduação em Educação Física, em nível de Mestrado (bipartite, Estados da Paraíba e Pernambuco). No caso da UFBA, esta tem um grupo de pesquisa o LEPEL/FACED/UFBA que vem discutindo as DCN para a Educação Física, apresentando inclusive uma proposta de Diretrizes para discussão e para substituição da Resolução n. 07/2004. Estas Diretrizes alternativas têm norteado os debates sobre as Reformulações Curriculares de várias Universidades do país, sendo apresentadas como reivindicação dos estudantes de Educação Física, por meio do MEEF. A própria UFBA conseguiu aprovar a Reformulação curricular. Outros fatores são que na UFBA somente existe a licenciatura plena, baseada na Resolução 03/87, e o curso está concentrado na área das ciências humanas/educação.

No caso de Santa Catarina, por situar-se na região sul, uma região rica, sendo a UFSC uma universidade conceituada na área da Educação Física, existindo curso de Pós-graduação consolidado, além de possuir os cursos de licenciatura e bacharelado e ser um centro de excelência esportiva. O curso da UFSC está enquadrado na área da saúde.

A seguir, apresentamos dados⁶ referentes aos cursos de Educação Física nestes dois Estados. Na Bahia, a abertura dos cursos de Educação Física, inicia-se em 1970. Verificamos que o primeiro curso de Educação Física foi o de licenciatura em instituição privada, autorizado em 1972. Um longo período se passou até que fosse autorizado um curso de licenciatura em IES pública, em 1987. Entretanto, considerando o período de 1998-2009, observamos que a autorização para o bacharelado cresceu significativamente superando, no ano de 2005, a abertura de cursos em licenciatura. Observa-se que o crescimento acontece em IES privadas. A partir de 2005, tanto a licenciatura, quanto o bacharelado crescem no Estado exclusivamente em IES privadas. Cabe registrar que não houve abertura de cursos de bacharelado em IES Pública na Bahia neste período (1970-2009).

Em Santa Catarina, em 1970 já existia autorização para licenciatura em IES privada. Ao contrário do Estado da Bahia, no Estado de Santa Catarina em 1973 foram autorizados cursos de bacharelado em IES pública e o número de curso de licenciatura é maior no setor

privado. Notamos também que de 1974 a 1988 não houve abertura de curso, mas a partir de 1989 o setor privado foi o principal responsável setor de formação dos profissionais de Educação Física, com a predominância do curso da licenciatura. Nas IES públicas há uma predominância do bacharelado.

Enfim, a partir do exposto, precisamos investigar com bastante acuidade a formação de professores de Educação Física, partindo da categoria formação humana.

A formação humana: relação capital-trabalho-educação

Temos como pressuposto a ser construído diariamente a formação omnilateral⁷, como horizonte teleológico, ou seja, a formação humana consubstanciada por outros valores, que sejam condizentes com outro tipo de sociedade para além do capital, considerando o projeto socialista como uma transição para o comunismo. Ainda neste século XXI tal projeto continua atual e necessário, como nos demonstra Mészáros (2002, 2005, 2007).

6 Fonte INEP (2009).

7 Segundo Manacorda (1991, p. 81), o desenvolvimento da formação humana omnilateral deve ser entendido como “o chegar histórico do homem a uma totalidade de capacidades e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e gozo, em que se deve considerar, sobretudo o usufruir dos bens espirituais (plano cultural e intelectual), além dos materiais.”

A nossa premissa é o entendimento do trabalho como o elemento fundante do ser social. Por meio do trabalho, homens e mulheres estabelecem relações, construídas diariamente na sua relação com a natureza, consigo próprios e com os demais seres humanos. O trabalho fez o homem, ou seja, o processo de hominização não é algo natural, mas histórico e expressa o desenvolvimento do ser social.

Nos estudos de Marx e Engels, especialmente em *A ideologia alemã* (2007) e de Marx, em *Para a crítica da economia política* (1982) e *O Capital* (1983), encontramos a discussão sobre a existência preceder à essência. O argumento é que primeiro se faz necessária a existência de seres humanos vivos para que estes possam fazer história, ou seja, a essência somente poderá ser construída a partir da objetividade concreta na luta pela sobrevivência humana. Nesta perspectiva, afirma Marx:

A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político

e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é, o seu ser social que determina a sua consciência. (1982, p. 25).

A temática sobre formação humana é parte da totalidade das relações sociais nas quais o ser social está inserido, sendo estas relações dinâmicas e contraditórias, expressando o grau de desenvolvimento das forças produtivas, em determinados períodos da humanidade. Ao nos expressamos desta forma, estamos considerando a compreensão do par dialético objetividade/subjetividade na formação do ser social. Entendemos que o processo de formação acontece em vários espaços da sociedade, que é determinada pelo modo e pelas relações de produção. Portanto, um dos elementos da vida em sociedade é a educação, que tem como objetivo a formação humana.

Desenvolvimento humano e corporalidade: uma perspectiva histórica

3.1 A relação corporalidade, trabalho e educação

O processo de desenvolvimento da humanidade está atrelado à corporalidade dos homens e mulheres. Assim, uma premissa para

compreendermos a importância desta relação está na seguinte afirmativa:

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos⁸. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Portanto, o primeiro ato histórico dos homens⁹ para que possam fazer história é a sua organização corporal, ou seja, procurar meios para desenvolver a corporalidade humana. O estudo da corporalidade a que nos referimos está calcado no materialismo e não na concepção idealista, que tem na fragmentação corpo-mente uma das suas características.

Adotamos o termo corporalidade, tal qual aparece nas traduções das obras de Marx e Engels, as quais tivemos acesso. Quando nos reportamos ao materialismo histórico dialético para estudarmos a temática em questão, consideramos o seguinte alerta: “A conversa do corpo está em todo lugar nos

discursos pós-modernista” (MCNALLY apud HEROLD JÚNIOR, 2008, p. 99).

Estas considerações fazem-se necessárias para afirmar o pressuposto do trabalho como o fundante do ser social e não a linguagem.

Em contraposição à corrente pós-moderna, acreditamos que os estudos sobre a corporalidade podem ser de grande valia na medida em que contribuem para a compreensão da realidade complexa e contraditória do atual estágio do capitalismo. A sociedade de classes baseada na divisão técnica do trabalho, construiu a fragmentação entre corpo e mente, apoiando-se na separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Esta relação social (capital) e este modo de produção (capitalismo) conduzem o homem à alienação, em detrimento à emancipação humana, uma vez que a forma de se produzir a vida encontra-se nas mãos de poucos, sendo que a grande maioria encontra-se alijada de acessar os bens produzidos pela humanidade. O que para Marx, enquanto tal processo perdurar, os homens estarão submetidos a condições que degradam a dignidade humana, portanto, a produção material é o

8 O primeiro ato histórico desses indivíduos, pelo qual eles se diferenciam dos animais, é não o fato de pensar, mas sim o de começar a “produzir seus meios de vida” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

9 Ao falar em “homens” estamos referindo-nos ao gênero humano, ao coletivo.

centro de como se estrutura a vida em sociedade.

Nas obras *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 2007), *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (ENGELS, 1990) e *O Capital* (MARX, 1983), encontramos referências sobre a história do desenvolvimento humano, ou do processo de hominização e, conseqüentemente sobre o desenvolvimento da corporalidade. Esta é construída pela ação dos homens no seu contato com a natureza, transformando-a e a si próprios. O trabalho humano coloca os homens em contato com outros homens, e tem como característica central a intencionalidade e a consciência que permitem idealizar previamente os frutos do trabalho, possibilitando planejar os recursos físicos e materiais necessários para sua realização. Portanto, todas as funções das quais os homens são dotados põem-se de forma articulada a trabalhar para que as atividades aconteçam, mas não acontecem por “obra divina”, mas sim pela ação humana que foi planejada.

A relação trabalho-educação surge da necessidade de garantir às gerações posteriores o legado que a humanidade conseguiu desenvolver ao longo do tempo, legado este que não é hereditário, mas transmitido no processo ensino-aprendizagem, o que permite às gerações posteriores criar inovações

a partir do que foi produzido pelo conjunto da humanidade.

Salientamos que o nosso entendimento sobre a corporalidade no atual modo de produção está expressa especificamente na forma como o “corpo” está inserido no mundo do trabalho, ou seja, mais detidamente, como o ser humano, por meio do corpo vende a sua força de trabalho. Esta construção da corporalidade está subsumida pelo capital de forma alienada, reproduzindo formas específicas para servir às necessidades do sistema. Um exemplo é a ginástica laboral que é implementada nas empresas para „preparar” o corpo do trabalhador para suportar a jornada de trabalho cada vez mais intensa e extensa, em suma, para evitar problemas de saúde que provoquem o afastamento do trabalho.

A cultura corporal na sociedade de classes: o embate de projetos

Os estudos sobre a história da Educação Física no Brasil, por exemplo, evidenciam que a formação de professores acompanha também o desenvolvimento das forças produtivas para atender às necessidades do capitalismo, como sistema hegemônico (TAFFAREL, 1993; NOZAKI, 2004; ALMEIDA, 2005; SANTOS JÚNIOR, 2005).

A Educação Física no contexto da Educação Superior

Observemos alguns dados do INEP sobre a Educação Física

no contexto da educação superior. Tais dados correspondem ao ano no qual as DCNEF foram homologadas, em 2004.

Tabela 1: Cursos de Educação Física no Brasil, por região

REGIÃO	2004	2009
Nordeste	81	108
Norte	33	59
CO	29	66
Sudeste	226	446
Sul	104	178
Total de Cursos de EF no Brasil	469	857

Fonte: INEP (2009).

O número de cursos de Educação Física quase dobrou. Em uma primeira aproximação. Outro dado é que na região sudeste foram implementados mais de 220 cursos.

Na CAPES a Educação Física foi enquadrada na área da saúde/biológicas, ou área 21. Os cursos de Educação Física também estão configurados nas Instituições Superiores no campo da saúde/biológicas, com algumas exceções como o curso da UFBA, que se encontra na Educação. Este é um ponto nevrálgico, pois suscita a discussão sobre a grande área de concentração na qual deve estar a Educação Física, se na saúde/biológicas ou ciências humanas/sociais.

Consubstanciados pela posição do MEEF, MNCR e do

Grupo LEPEL/FACED/UFBA, entendemos que a identidade profissional a qual pertence a Educação Física é a docência. Consideramos que em quaisquer locais de atuação em que estejam trabalhando os profissionais da Educação Física (escola, clubes, academias...) estes são professores.

Ao analisarmos a formação de professores em Educação Física no contexto de tal crise que impõe novos marcos regulatórios em nível planetário, observamos a combinação entre desregulamentação do mercado de trabalho e a intensificação da concorrência intercapitalista como pressupostos necessários diante da crise (MÉSZÁROS, 2002). Esta combinação tem como expressão o setor de serviços, as indústrias do

entretenimento, material esportivo, *fitness*, nutrição, além da divulgação do empreendedorismo como uma forma de expansão do mercado de trabalho para a área.

O embate de projetos entre licenciatura e bacharelado na área da Educação Física: uma dualidade necessária à ordem do capital?

Tal embate na área não é novo, mas tem sido acentuado no último período (1998-dias atuais), de um lado pela resistência dos trabalhadores organizados no enfrentamento ao capital, por outro pelo próprio capital que, por meio de mediações tem conseguido assegurar seus interesses. Ao abordarmos este embate na formação de professores, interessa-nos apreender o contexto no qual estamos inseridos na tentativa de apontar alternativas ao que está posto.

Atualmente, professores de todos os níveis de ensino, pesquisadores, estudantes em formação inicial e continuada, entidades científicas, movimentos sociais organizados, grupos de pesquisa têm acompanhado e alguns resistido, - como setores do Movimento Estudantil, alguns sindicatos e algumas entidades científicas - a determinados planos do governo para a educação superior (REUNI, SINAES, Reforma Universitária, dentre outros).

Neste bojo, um ponto fulcral a ser tocado é o caso das Licenciaturas, de um modo geral, e de como o processo de discussão destas influenciou todas as demais áreas do conhecimento, sendo o nosso caso específico a Educação Física que desde 1998 vem discutindo, por meio das COESP, novas diretrizes para a graduação na área, considerando o tema da licenciatura. As DCNEF 07/04 são influenciadas também pelos intensos debates que desde a década de 80 do século passado se fizeram presentes na temática sobre formação de professores com enfoque nas licenciaturas.

A formação do professor de Educação Física está embasada na docência como identidade profissional, ou seja, em ser professor. Isso se desenvolveu ao longo do tempo, por meio da intencionalidade humana em passar para as gerações futuras o que foi construído como práticas corporais pela humanidade no decorrer da história, mas não de qualquer forma e sim de maneira sistematizada, no caso a disciplina Educação Física. Portanto, a formação do profissional deste campo tem acontecido histórica e primordialmente por meio das licenciaturas, em instituições de nível superior.

No campo da Educação Física vale ressaltar ainda, as imbricações que a LDB (9394/96) e os PCN

(1998), tiveram na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Física em Nível de Graduação, a Resolução 07/04.

Portanto, com a legislação e as discussões em andamento na educação em geral e na Educação Física em particular, de 1998 a 2002, quatro comissões são criadas para que se fizessem as novas DCNEF, que foram aprovadas na forma da Resolução 07, em 31/03/2004.

No artigo 4º dessa Resolução notamos que o que causou intenso debate nos anos de 1980, qual seja a fragmentação da formação entre licenciatura e bacharelado continuava presente, porém com outra roupagem. Ou seja, a fragmentação entre licenciatura e bacharelado criada pela Resolução 03/87, ganhava novos contornos nas atuais Diretrizes.

O termo bacharel fora contemplado no termo graduado, não aparecendo na Lei a divisão bacharelado e/ou licenciado, que está escamoteada pela denominação de GRADUADO em Educação Física. Portanto, cabe às IES, a partir da aprovação dos seus cursos pelos órgãos competentes, obedecer à legislação e designar a modalidade no diploma. Entretanto, quando se trata da educação básica o termo licenciado é específico para esta modalidade de ensino e não contempla o dito “graduado”, como

sinônimo de bacharel para atuar no espaço formal, no caso a escola.

Outro fator, as DCNEF referem-se ao objeto de estudo da área, sendo que não há consenso, e os debates mais profícuos que se deram nos anos de 1980, foram reduzidos na Resolução como o estudo do “movimento humano”, sendo na verdade um arremedo das proposições existentes. Estas DCNEF não atendem às demandas históricas da classe trabalhadora em ter acesso aos bens materiais e imateriais produzidos pela humanidade, no caso às práticas corporais. O embate significa a luta de classes e não é a lei na atual forma societária que irá garantir as condições para a emancipação humana. Entretanto, há resistência organizada, como o MEEF, professores, pesquisadores e seus grupos, sindicatos, movimentos sociais organizados, que têm promovido debates, seminários, fóruns de discussão sobre o campo da Educação Física para garantir um desenvolvimento voltado às demandas das camadas populares. Estes grupos travam uma intensa relação com o Estado burguês, como no caso das DCNEF, que o MEEF, juntamente com o LEPEL, apresentaram uma proposta alternativa.

Podemos concluir que o processo de aprovação das DCNEF foi conflituoso, expressando concepções diferentes de Educação Física,

de homem e sociedade, ou seja, uma expressão da luta de classes. Entretanto, com a aprovação de tais DCNEF, os setores mais beneficiados com a fragmentação da profissão, com a escolha do objeto de estudo da área e pelo modelo baseado em competências foram àqueles mais conservadores, encabeçados pelo sistema CONFED/CREF, que se embasam na ciência positivista, que restringe no caso a Educação Física à área da saúde/biológica, desconsiderando os avanços no campo das ciências humanas e sociais.

Licenciatura e Bacharelado na Educação Física

Embasados em estudos anteriores sobre formação de professores de Educação Física, (COLETIVO DE AUTORES, 1992; TAFFAREL, 1993; TAFFAREL; ESCOBAR, 2006; NOZAKI, 2004, 2005; SANTOS JÚNIOR, 2005), que apontam a crítica aos cursos de formação de professores da área, considerando as transformações no mundo do trabalho, podemos identificar os seguintes elementos durante o processo de formação: dicotomia entre teoria e prática; a fragmentação, diluição e dispersão no trato com o conhecimento científico; problemas quanto à dispersão do tempo pedagógico, às situações didáticas, os recursos, equipamentos e aparelhos, à

normatização, às políticas públicas, à formação continuada, à gestão e à administração.

Frente a tais problemáticas significativas, entendemos que a Educação Física, como um componente curricular obrigatório, segundo a LDBEN 9394/96 não está cumprindo a sua função social na escola, qual seja a apropriação dos conteúdos historicamente produzidos pelo conjunto da humanidade durante o seu desenvolvimento que permite criar novas práticas corporais.

Ao analisarmos a produção sobre a formação de professores em teses, periódicos e dissertações, observamos a existência de argumentos que identificam a licenciatura vinculada ao processo de formação humana, enquanto o bacharelado é identificado com a formação profissional. Entretanto, nos cabe alertar que ambos são projetos de formação humana e da forma como estão configurados, são complementares no modo hegemônico de produção da vida, haja vista a questão dos campos de atuação profissional da licenciatura (espaços formais) e do bacharelado (espaços não formais). Um exemplo é a tese defendida por Oliveira (1988). Segundo este autor, a licenciatura não consegue atender as exigências de todos os espaços nos quais atuam o profissional de Educação Física, estando, portanto,

o bacharelado apto a preparar o profissional para o “outro mercado de trabalho”. Tal questão está imbuída na concepção de Educação Física, do entendimento de qual seja a sua função social e quais são os seus objetivos, dentre outros aspectos, ou seja, na aparência da questão.

A dualidade na formação de professores em Educação Física entre licenciatura e bacharelado tem orientado a polaridade das discussões na área. Entretanto, em comum nos estudiosos sobre a temática “formação de professores” (MEDINA, 1983; FENSTERSEIFER, 1986; CARMO, 1981; FARIA JUNIOR, 1987; OLIVEIRA, 1988; MOREIRA, 1992; TAFFAREL, 1993; ESCOBAR, 1997; SANTOS JÚNIOR, 2005) há um descontentamento crescente em relação à formação de professores na área, considerando-a inconsistente para atender à sociedade, sejam às classes dominantes e mais ainda em relação às camadas populares. Portanto, não é raro professores com formação no bacharelado¹⁰

“complementarem” a sua formação com a licenciatura¹¹.

Com a aprovação das DC-NEF 07/04, os cursos foram abertos em duas modalidades, quais sejam licenciatura e bacharelado, contemplados sob a denominação de “GRADUADO em Educação Física”. Portanto, ao verificarmos a quantidade de cursos no Brasil, notamos que crescem tanto as licenciaturas, quanto o número de bacharelados. Entretanto, no setor privado a abertura dos dois cursos é mais notória, prevalecendo, contudo, a licenciatura, assim como nas IES públicas.

Uma visão equivocada acredita que o bacharelado requer um investimento mais alto em função dos equipamentos, materiais e aparelhos, como se a licenciatura não precisasse de tais investimentos. Nas Universidades Públicas não tem sido fácil abrir novos cursos de bacharelado diante do contingenciamento histórico de verbas, embora existam casos excepcionais como os Centros de Excelência¹², como UFSC e UFRGS.

10 O termo “bacharel” aparece na obra de PONCE, Anibal (2003) *Educação e luta de classes*, como um processo que antecede ao licenciado e ao doutor, em analogia ao aprendizado passo a passo de um artesão.

11 O termo “Licenciatura” pode ser entendido em dois sentidos. Um mais amplo, que diz respeito a ter licenciamento ou autorização para exercer profissão liberal, e outro mais restrito, que se refere ao grau universitário que dá o direito de exercer exclusivamente o magistério. Ao nos referirmos aos “cursos de licenciaturas” estaremos utilizando a expressão em seu sentido restrito (TAFFAREL, 1993, p. 1).

12 São casos de Universidades Públicas que conseguiram destacar-se no trabalho do esporte de alto nível e com isso conseguiram recursos para ampliar as pesquisas na área, para compra de equipamentos/materiais/aparelhos de alta tecnologia.

A situação da licenciatura também é extremamente complicada nas IES públicas, pois em muitos casos a infra-estrutura está precarizada, o que cria enormes dificuldades para a formação dos professores. Um exemplo são as condições de funcionamento do curso da UFBA (somente existe o curso de Licenciatura Plena), sem piscina, sem ginásio, sem sala de ginástica adequada e sem aparelhagem para as atividades das diversas modalidades de forma satisfatória.

Quando analisamos a formação de professores, constatamos que há uma concentração maior tanto da licenciatura, quanto do bacharelado nas IES privadas e uma maior concentração das licenciaturas nas IES públicas e menor concentração no bacharelado.

Os dados observados nos Estados da Bahia e Santa Catarina nos revelam que, os cursos de licenciatura são mais numerosos que os de bacharelado, tanto nas instituições públicas quanto privadas.

Verificamos o aumento exponencial de cursos privados, sejam de licenciatura ou de bacharelado, nos dois Estados. A diferença entre a quantidade de cursos de licenciatura (64%) e bacharelado (36%) também é significativa.

Estas faculdades abrem cursos em várias localidades. Contam em alguns casos com isenção

fiscal e quando não obtêm o lucro previsto, fecham sem maiores compromissos para com a formação de professores em Educação Física.

Algumas observações se fazem necessárias:

1) Nas DCNEF não aparece o termo bacharelado, mas sim GRADUADO, ou seja, o termo que designa quem cumpriu todos os requisitos do curso superior passa a ser a designação para o diplomado em Educação Física;

2) Os conteúdos clássicos desenvolvidos na licenciatura e bacharelado, como ginástica, esporte, jogo, dança, artes marciais são os mesmos. Entretanto, o argumento que Oliveira (1988) defende na sua tese de que a licenciatura não consegue atender a demanda exigida pelos espaços não-formais, mas sim o bacharelado, é questionável, pois assim estaríamos em ambos os cursos “inventando” conteúdos diferentes, como por exemplo, o caso do basquetebol, com sua técnica, a tática, o manuseio da bola. Caso seja apresentado o conteúdo no espaço formal este vai ser denominado basquetebol é a mesma coisa para o espaço não-formal. O que devemos considerar é a intencionalidade pedagógica nos diferentes espaços.

3) Outro argumento é o de que a licenciatura irá formar, o “lado pedagógico” do futuro profissional

e que o bacharelado vai formar o futuro técnico, pesquisador, dentre outras denominações que atendam com dinamismo o mercado de trabalho. Indagamo-nos sobre as competências globais que fazem parte da formação profissional de quaisquer áreas do saber. Em ambos os casos é possível desenvolver a dimensão pedagógica, técnica, científica, política, ética e moral.

Por outro lado, a licenciatura plena como vem se configurando nos cursos – tanto os que fizeram a Reformulação Curricular, como os que estão em processo – somada à legislação sobre as licenciaturas, Resoluções 01 e 02 e ainda as DCNEF, no caso específico, traz problemas para a formação profissional. Uma vez que o conhecimento está engessado em currículos com disciplinas estanques; fragmentado; “inchados” e; extensos.

Os nossos apontamentos indicam que tal dualidade é um mecanismo de ajuste às novas configurações no mundo do trabalho, pois a dita “expansão” para o setor de serviços faz crescer a demanda por formação profissional flexível. Não é raro professores licenciados atuarem no setor de serviços, assim como, podemos vislumbrar uma predominância dos bacharéis neste mesmo setor ou na tentativa de complementarem a sua formação na licenciatura, o mesmo acontecendo

com os licenciados. Muito por conta do desemprego estrutural.

Em relação à profissão, a nossa análise é que o termo “flexibilização” foi seguido à risca na área da Educação Física. Entretanto, se analisarmos mais atentamente algumas generalizações feitas até aqui podem ser úteis para comparar com outros campos do saber.

Regulamentação da profissão e a ingerência do sistema CONFEF/ CREF na formação de professores: a lógica capitalista em processo?

Em épocas de crise há novas configurações no mundo do trabalho, sendo “lei natural” do capitalismo o aumento do desemprego, a formação do exército de reserva, a manutenção da taxa de lucro dos capitalistas e, principalmente a formação do trabalhador de novo tipo. Este panorama que é tão atual, não é novo, como bem nos lembra Marx, quando diz que a indústria já sai da infância com sua primeira crise, isso em 1825. A cada nova crise do sistema hegemônico, há uma reconfiguração no mundo do trabalho.

O sistema CONFEF/CREF agiu coagindo e constringendo os profissionais da área, sendo que muitos foram obrigados a se filiar para não perder o trabalho. Com o crescente desemprego, os profissionais formados sentiam-se

“ameaçados” pelos ditos leigos, eis a brecha pela qual o sistema se impôs para fiscalizar as atividades da Educação Física em nome da sociedade brasileira. Um dos primeiros ataques foi às academias de ginástica, depois a yoga, dança, lutas, capoeira e demais tradições e manifestações culturais. Vale ressaltar que tanto os profissionais, quanto os estabelecimentos devem pagar a anuidade ao CONFEF.

Este grupo que está na direção do conselho representa a ala ligada à aptidão física, atividade física. Segundo o presidente do CONFEF, antes da lei, a Educação Física era “terra de ninguém”. O sistema hoje é um dos mediadores das relações de trabalho em prol do capital, pois não se envolve efetivamente nas lutas dos trabalhadores da Educação Física, uma vez que a leva de desempregados na área continua e isso independe da “vontade” do órgão classista; leigos continuam a atuar como os capoeiristas (são poucas as IES que têm no seu currículo a disciplina capoeira); o trabalho nas academias continua contando com um número significativo de estagiários em detrimento aos profissionais, o que significa força de trabalho barata e ainda desqualificada. Portanto, os problemas continuam sem previsão de solução.

Entretanto, o processo da regulamentação da profissão não

aconteceu e acontece sem resistências, porque em 1999 estudantes, professores, pesquisadores da área e afins deflagraram o MNCR – Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física. O Movimento tem aglutinado em núcleos, pelo país, profissionais das tradições e manifestações culturais, como yoga, pilates, dança, capoeira, além é claro, dos professores de Educação Física que não compactuam com essa concepção de mundo. Uma vez que o próprio sistema CONFEF/CREF se outorga a condição de “dono” de tudo que possa ser relacionado à Educação Física. Portanto, quando o sistema fala em “movimento humano” o CONFEF quer abarcar todas as áreas nas quais considera “Educação Física”, como exemplos, yoga, pilates, capoeira, dança. Para isso, conta com o aparato jurídico na condição de conselho de classe de direito privado, ou seja, não é fiscalizado por ninguém.

A licenciatura ampliada: uma alternativa de resistência?

*Ainda não é o fim.
Para os que virão.
Tiago de Mello.*

Entendemos, pelo exposto até aqui, que tal dualidade, qual seja licenciatura e bacharelado não

corresponde à formação qualificada para outro projeto de sociedade, mas sim para a manutenção do atual modelo de organização social que se encontra em uma crise estrutural. Esta pretensa dualidade é apenas na aparência, uma vez que os trabalhadores em formação, não têm na essência formação diferenciada. Se analisarmos os currículos, veremos disciplinas iguais, ou currículos sendo “regulados” para diferenciar a formação entre licenciatura e bacharelado a partir da carga horária ou da mudança de nome da disciplina. Os conteúdos sobre os quais ambas as formações tratam são os mesmos, o que vai mudar é a intencionalidade pedagógica. A definição para os campos de atuação entre formais e não formais desconsidera a docência como a base em qualquer local de intervenção profissional.

A partir do exposto, apresentamos, portanto, uma proposta alternativa que vem sendo amadurecida pelo MEEF e Grupo LEPEL/FACED/UFBA. Esta proposta denomina-se “licenciatura ampliada”, fruto de intensos debates e estudos, oriundos da insatisfação para com a formação de professores em Educação Física.

Para tal proposição, partimos da realidade concreta, que se assenta sobre o modo de produção capitalista, que tem uma determinada forma de organização do trabalho.

Esta forma de organizar o trabalho na sociedade permeia todos os espaços e dentre estes, a escola.

A licenciatura ampliada embasa-se em outros valores para a formação de professores em Educação Física, sendo que esta possa atender às demandas da construção da formação omnilateral e não para o mercado de trabalho, ou seja, o capital e sua fetichização. A licenciatura ampliada não é a união das partes, no caso licenciatura plena e bacharelado, mas a ruptura com essa dualidade para atender a formação humana pautada em outro sistema para além do capital.

No decorrer da proposição e discussão das DCNEF, o MEEF apresentou ao Grupo LEPEL/FACED/UFBA, a proposta da licenciatura ampliada, sendo discutidas quais as competências globais e como seria esse processo.

Destarte, nos cabe o aprofundamento da temática sobre a formação de professores em Educação Física, avançando na compreensão da licenciatura ampliada e das implicações que tipo de organização traz, uma vez que não se trata de “retirar ou colocar disciplinas da moda no currículo”, mas compreender como podemos desenvolver uma outra lógica de pensamento, a dialética.

A formação desse trabalhador requerido, polivalente e

flexível, visa atender prioritariamente ao capital. Entretanto, a classe trabalhadora tem resistido, construindo possibilidades de ruptura com a ordem vigente. Vejamos, por exemplo, na Educação Física, o MEEF e o MNCR: ambos têm posições bem definidas sobre concepção de homem e sociedade. Portanto, a licenciatura ampliada é uma proposição que se coloca de forma contra-hegemônica diante da realidade imposta pelo capital, sendo que esta não é definitiva, mas sim provisória.

Acreditamos que essa é uma tarefa histórica na área da Educação Física, que não pode ser mais adiada, uma vez que a formação e a intervenção profissional encontram-se cada vez mais na lógica da mercantilização, como pudemos constatar durante a pesquisa.

Tanto na Bahia, como em Santa Catarina, há uma hegemonia do setor privado no campo da Educação Física, seja na licenciatura ou bacharelado. Embora, o nosso embate não seja somente a disputa entre setor público *versus* setor privado. A nossa questão central é a disputa pela formação humana, por meio da formação de professores em Educação Física a partir da licenciatura ampliada tendo financiamento público do Estado.

Apontamos nestas considerações, que o termo graduado em

Educação Física contempla tanto a licenciatura, quanto o bacharelado. Fazemos um alerta em relação ao uso equivocado do termo graduado somente como sinônimo de bacharelado, uma vez que nas DCNEF o termo se refere à formação geral.

Outros elementos a serem considerados, são os conteúdos da Educação Física, tanto na licenciatura, quanto no bacharelado, que são os mesmos, sendo a intencionalidade pedagógica que direcionará a prática. Reafirmamos que a docência é o que caracteriza a nossa identidade profissional e a licenciatura ampliada é uma possibilidade para uma formação consistente e sólida.

Portanto, somos contrários à idéia de fragmentação da formação do professor em Educação Física, entre licenciatura e bacharelado.

Referências

- ALVES, Melina Silva. **Organização do trabalho pedagógico na formação de professores de educação física**: a prática de ensino como complexo temático articulador do currículo. 2008. Monografia (Especialização) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução nº 03, de 16 de Junho de 1987**. Fixa os

- mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 set. 1987.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de dezembro de 1996.** Brasília: Câmara dos Deputados, 1996. 127
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física /Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CASTELLANIFILHO, Lino. **Educação Física no Brasil:** a história que não se conta. Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- _____. **A Educação Física no sistema educacional brasileiro:** Percurso, paradoxos e perspectivas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- CHEPTULIN, Alexandre. **Dialética Materialista:** Categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista:** A pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira. São Paulo: Loyola, 1988.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 15. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- HEROLD JÚNIOR, Carlos. **Os processos formativos da corporeidade e o marxismo:** aproximações pela problemática do trabalho. Revista Brasileira de Educação. v. 13, n. 37, jan./abr., 2008.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna.** São Paulo e Campinas, SP: Cortez: Autores Associados, 1991.
- MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. vol. I tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **Para a crítica da economia política;** salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas)
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2007.
- NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho:** mediação da regulamentação da profissão. 2004. 399p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

- SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. **A formação de professores em Educação Física:** a mediação dos parâmetros teórico-metodológicos. 2005. 194p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. **A formação do profissional da educação:** o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de Educação Física. 1993. 302p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

ABSTRACT

The article aims to present research that addresses the clashes over the formation of teachers in physical education during the period 1987-2007, the articulated area studies work and education. We analyzed the debates about teacher in Physical Education and systematize the contributions to the construction of an alternative proposal for training. We seek to adopt historical materialism as a theoretical and methodological procedures used were document analysis and literature search.

Keywords: Teacher Education; Physical Education; Labor-Education; Degree Program.

Recebido: fevereiro/2011.
Aprovado: julho/2011.